

INDUSTRIALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTUDO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA NO PERÍODO DE 1970 A 2000

INDUSTRIALIZATION POLICIES AND REGIONAL DEVELOPMENT: A STUDY OF THE PARAÍBA VALLEY IN DURING THE PERIOD 1970 TO 2000

Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté – SP – Brasil

Resumo: Na história econômica do capitalismo, a busca pelo desenvolvimento econômico sempre esteve associada à industrialização. Entretanto, com a internacionalização da produção e a inovação tecnológica mais intensa, a industrialização não resolveu o problema do subdesenvolvimento. O objetivo deste trabalho é analisar essa relação entre industrialização e desenvolvimento e os limites das políticas públicas regionais, em especial, como ocorreu em escala regional no estado de São Paulo e, sobretudo, no Vale do Paraíba paulista, após a Segunda Guerra Mundial. A partir do levantamento de séries de informações quantitativas históricas foi possível concluir que as políticas de desenvolvimento econômico no vale do Paraíba tiveram êxito em relação ao crescimento econômico, mas falharam em relação ao processo de distribuição espacial da renda, com uma concentração ainda maior depois dessas políticas na década de 1970, por conta da redução do efeito de transbordamento para as demais áreas vizinhas. A política de desenvolvimento regional deve ser repensada com ações que favoreçam as políticas endógenas, nesse mundo econômico cada vez mais global, para atendimento às necessidades sociais locais.

Palavras chave: Industrialização. Vale do Paraíba. Desenvolvimento econômico. Políticas regionais.

Abstract: In the capitalism economic history the search for the economic development was always associated with industrialization. However, with internationalization of the production and the great technological innovation, the industrialization did not solve the problem of underdevelopment. This thesis wanted to analyze the relation between industrialization and economic development and the limits of the regional public politics in this process, especially what happened in the region of Vale do Paraíba in São Paulo state after the Second World War. Analysing the series of historical quantitative information, limited in respect to development, it was possible to conclude that the politics of economic development in Vale do Paraíba succeeded in relation to the economic growth, but failed in the process of space distribution of the income, with your great concentration after these politics on 70's, due to the reduction of the spillover on the other neighbouring areas. The politics of regional development must be reconsidered with actions that favours the endogenous politics in this economic world more and more global and with local social responsibilities

Keywords: Industrialization. Vale do Paraíba. Economic Development. Regional Politics.

INTRODUÇÃO

Na história econômica do capitalismo, a busca pelo desenvolvimento econômico sempre esteve associada à industrialização. Os países que fizeram a primeira e a segunda revolução industrial são aqueles considerados desenvolvidos. Assim, o caminho da industrialização passou ser a grande busca dos países em desenvolvimento, nos séculos XIX e XX. Muitos deles conseguiram êxito, entre eles o Brasil. Nos países em desenvolvimento, a industrialização promoveu o

crescimento da atividade econômica, mas acompanhado por uma forte concentração espacial e individual da renda.

A partir dos modelos ditos desenvolvimentistas, esperava-se que o efeito multiplicador da indústria fosse a mola propulsora do desenvolvimento, inclusive em escala regional. Para alcançar isso, seria de grande importância, para os investimentos, a participação ativa das políticas governamentais, determinando-se as áreas prioritárias para sua aplicação. Seguindo as políticas keynesianas, o Estado exerce papel de agente regulador, como forma de evitar os desequilíbrios regionais, pois o capital privado, na lógica capitalista, busca a maximização do lucro nas áreas mais desenvolvidas.

O Vale do Paraíba, uma das poucas regiões que participaram praticamente de todos os ciclos econômicos do Brasil, e que foi palco de todas as etapas do processo de industrialização brasileira, hoje é uma das mais industrializadas, com destaque para os complexos aeroespacial e automobilístico. Muitos problemas desse processo da industrialização brasileira estão ali presentes, tais como a concentração espacial da renda e o subdesenvolvimento econômico persistente em determinadas regiões, atingindo grande parte da população. Entender o processo de industrialização no Vale do Paraíba paulista é fundamental para compreender a industrialização do país, suas consequências positivas e as limitações ocorridas ao longo desse processo.

O objetivo desse trabalho é analisar a relação entre industrialização e desenvolvimento econômico e os limites das políticas públicas regionais nesse processo. Em destaque, como ocorreu esse processo em escala regional no Estado de São Paulo e, sobretudo, no Vale do Paraíba entre 1970 e 2000.

No aspecto metodológico, apresentaram-se dois grandes desafios: a delimitação temporal do tema e a quantificação do desenvolvimento. A classificação do uso das séries históricas foi feita com o objetivo de apresentar a evolução dos indicadores de crescimento econômico e a concentração espacial da renda na macrorregião. Objetivou-se também demonstrar a evolução e a comparação dos indicadores na esfera estadual, regional e, principalmente, intrarregional.

CONCEITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Os termos desenvolvimento econômico e crescimento econômico são utilizados com muita frequência nos estudos acadêmicos em várias áreas do conhecimento científico: na economia, na história, na geografia, etc. Também são comuns na mídia e na política, principalmente nos discursos de candidatos. No entanto, em qualquer um desses ambientes há uma grande confusão no uso dos termos desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e crescimento econômico.

No Dicionário de Economia, crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado pela evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB, ou pelo Produto Interno

Bruto – PIB (SANDRONI, 2005). O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Já o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social.

O desenvolvimento é um processo social global, ou seja, a classificação de desenvolvimento econômico, político, social ou cultural só deve ser realizada por razões metodológicas ou para tratar de um desses sentidos particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de virtualizações preexistentes no processo histórico-social. O desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade, e de certo modo pode até se opor à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultante do aumento de produtividade (JAGUARIBE, 1962).

A quantidade de recursos financeiros ou bens materiais que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas uma melhor distribuição dos recursos traz harmonia ao desenvolvimento, contribuindo para a melhora da qualidade de vida, que pode ser definida como produtividade social. É tão importante quanto a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços feita por uma determinada comunidade num certo período, e também é importante o modo como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como são distribuídos entre elas (VAZ, 2005).

Expressões como a melhoria no padrão de vida e alterações na estrutura econômica são mais subjetivas, o que dificulta a sua quantificação. Para os economistas neoclássicos, como Meade e Solow, com uma formação mais matemática em relação às demais áreas das ciências humanas como a história, os aspectos quantitativos são priorizados em relação aos não quantitativos, na relação entre modelos de crescimento e desenvolvimento econômico adotado nas políticas de desenvolvimento. O desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos usufruem a partir de suas posses, e não necessariamente mais posses. Uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos desfrutam das liberdades individuais para atender a seus desejos, com comprometimento social institucional (SEN, 1999).

Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido pelos membros de uma comunidade. Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade, além das questões econômicas, disponibilizam sujeitos para atendimento das necessidades da coletividade e, conseqüentemente, ocorre o desenvolvimento.

O desenvolvimento aplicado à questão regional passa também pela questão cultural e de valores de uma determinada região que, com o passar do tempo, vão se consolidando e dando identidade a uma comunidade regional. Nas últimas décadas a historiografia assistiu a um claro crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada pelas dimensões da economia e da vida material (BARROS, 2008). Os conceitos de desenvolvimento

econômico endógeno passam pela ênfase dada às dinâmicas locais que precisam ser analisadas ao longo do tempo. A cultura local é definida por questões institucionais e sociais, e aquilo que pode ser considerado essencial para a melhora na qualidade em uma determinada localidade pode não ter valor algum em outra.

O grande desafio dos cientistas sociais é quantificar o desenvolvimento econômico. Muitas vezes utilizam o termo desenvolvimento socioeconômico para estabelecer uma diferença. Entretanto, o próprio desenvolvimento social é de difícil quantificação. Há uma aproximação entre a ciência econômica e a história; entretanto, a maneira de pensar e os hábitos e atitudes são específicos de cada uma. O economista é mais descritivo, quantitativo, enquanto o historiador é mais teórico, em relação à observação e à interpretação das conjunturas de longa duração (VILAR, 1972).

Ao longo da história do capitalismo contemporâneo, intelectuais de várias áreas têm discutido o conceito de desenvolvimento econômico. Entre os historiadores, a preocupação maior são os aspectos estruturais, inclusive discutindo se o único modelo é o capitalista. Para fins deste estudo, o objetivo é analisar a evolução do desenvolvimento econômico representado pela melhora da qualidade de vida dos indivíduos. Entretanto, serão apresentados os indicadores, a partir de séries históricas, com o objetivo de avaliar as possibilidades de fazer análise de desenvolvimento econômica a partir dos indicadores econômicos e sociais disponíveis.

A industrialização possibilitou ao homem maior disponibilidade de bens e serviços, inclusive com redução nos preços, assim como permitiu redução de esforços humanos e de tempo, para aumento da produção. Diante disso, o desenvolvimento econômico estava diretamente associado ao crescimento da disponibilidade de bens e serviços e à redução da necessidade de trabalho. No entanto, a concentração espacial da renda (países ricos explorando países pobres) e a concentração funcional (capitalistas explorando trabalhadores) não são suficientes para determinar que o crescimento, necessariamente, seja acompanhado pelo desenvolvimento econômico.

O maior interesse dos economistas e historiadores pelos estudos de políticas de desenvolvimento econômico, principalmente dos países em desenvolvimento, surgiu após o término da Segunda Guerra Mundial. Em decorrência das duas guerras mundiais e da grande depressão econômica capitalista da década de 1930, muitos países subdesenvolvidos iniciaram um processo mais intenso de industrialização via substituição de importação. Surgiu assim a necessidade e a oportunidade para as críticas ao antigo modelo primário-exportador e para legitimar um novo modelo de desenvolvimento baseado na industrialização. Nesse cenário, ganha espaço uma corrente latino-americana de intelectuais denominada estruturalista, sob a liderança de Raul Prebisch da Cepal (NUNES, 2005).

O rápido crescimento de um ou mais novos setores industriais é essencial na transformação econômica. O crescimento desses setores, com novas funções de produção de alta produtividade, por si mesmo tende a elevar o volume da produção *per capita* (ROSTOW, 1974). Seguindo a linha de Rostow, no Brasil destacamos a política econômica adotada a partir da década de 1960, que

privilegiava os investimentos industriais, resultando na “Belíndia” (no Brasil tínhamos uma Índia pobre e uma Bélgica rica) (BACHA, 1978).

A política de priorizar o crescimento econômico com ênfase na industrialização teve grande êxito durante o Governo Juscelino Kubitschek e nos anos do “milagre econômico”. O grande questionamento, porém, refere-se às contradições econômicas e sociais nesse período, sobretudo nos anos do “*milagre econômico*”, que foram acompanhadas por uma forte concentração de renda, o que limitou a melhoria na qualidade de vida. Ou seja, o ritmo de desenvolvimento econômico (melhoria na qualidade de vida) foi muito inferior ao do crescimento econômico (variação positiva no PIB).

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OU CRESCIMENTO) REGIONAL

As teorias de desenvolvimento regional tradicional têm como objetivo explicar a elevação do bem-estar social de uma região expressa em indicadores como renda *per capita*, relação entre serviços sociais e população, condições de saúde e higiene. Esse desenvolvimento regional é oriundo, tanto das atividades internas, como da expansão das atividades econômicas ou de atividades externas, como a dinâmica do setor exportador ou transferências de recursos. O desenvolvimento econômico desigual, historicamente sob a ótica capitalista, está diretamente ligado ao processo de reprodução do capital de forma desequilibrada, por conta do processo circular de acumulação: riqueza acumulada gera nova acumulação de capital e, conseqüentemente, maior crescimento e desigualdade. Para superar essas diferenças regionais, são de fundamental importância políticas ativas de desenvolvimento, como apontadas por Myrdal e Hirschman, uma vez que as forças de atração favoreçam uma região em detrimento de outra (MYRDAL, 1965).

Hirschman, na mesma linha de Myrdal, destaca a importância das políticas ativas de indução dos investimentos, buscando superar a posição keynesiana de investimentos autônomos, necessários para superar problema das limitações tecnológicas das áreas subdesenvolvidas, reduzindo as incertezas do setor privado nessas regiões. A partir de uma análise setorial, os investimentos induzidos pelo setor público, com a oferta de infraestrutura básica, reduziriam os custos dos novos investimentos produtivos, e esses receberiam uma complementação de investimentos.

A formação de uma cadeia produtiva, ou usando os termos de Hirschman, uma cadeia retrospectiva que resulta da pressão de demanda pelas empresas satélites, possibilita o desenvolvimento da região. Quando a indústria A se estabelece primeiro, os seus satélites logo surgem; quando, porém, a indústria B é subsequentemente instalada, isso pode contribuir para a criação, não só dos seus próprios satélites, como também de algumas outras empresas. Com a entrada em cena de C, seguirão outras empresas, que requerem os estímulos conjugados, não só de B e C, mas também de A, B e C. Esse processo pode-se estender no sentido de explicar a aceleração do crescimento industrial, importante para o início do desenvolvimento e crescimento econômico de um país (HIRSCHMAN, 1961).

A busca por esse efeito multiplicador é o principal objetivo da política de desenvolvimento regional do estado de São Paulo. Esses conceitos foram as bases teóricas das políticas, com destaque para Myrdal e Hirschman, quanto a suas teorias de desenvolvimento econômico regional, com a criação de novos polos de crescimento da produção industrial.

No Vale do Paraíba, um desses polos de desenvolvimento regional, a indústria, veio em decorrência das dificuldades do setor agrícola. Durante o século XIX, a região era um dos principais polos da economia cafeeira do País; entretanto, no início do século XX, as cidades pareciam caminhar para o ostracismo, descrito por Monteiro Lobato, em "Cidades Mortas". Na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 60, a região, puxada por algumas cidades, tornou-se um dos principais centros industriais brasileiros (CORDEIRO, 1999).

A indústria do Vale do Paraíba, na sua primeira fase, no período 1881-1914, conta com inúmeros estabelecimentos, mesmo enfrentando um sério problema, a escassez de energia elétrica. No entanto, a partir de 1905, a indústria ganha força, com a modernização do sistema de transporte e com a unificação das linhas ferroviárias. Além disso, a Segunda Guerra Mundial contribuiu para o aceleração do processo de substituição de importação e para o sucesso dessa nova atividade econômica (RICCI, 2006).

Numa segunda fase, a política pública municipal e a localização geográfica foram fatores determinantes para a concentração da produção. Nessa segunda fase, de 1914 a 1943, a indústria cresceu nos municípios de Taubaté e Guaratinguetá, em que aparecem os estabelecimentos de transformação de produtos agropecuários, minerais não metálicos, madeiras e, posteriormente, as bases para o processo, praticamente inalterado, de participação do Vale do Paraíba paulista no valor da produção industrial. Isso pode ser explicado pela falta de articulação entre o setor agrícola e o industrial, na microrregião de Guaratinguetá (NEGRI, 1996).

A terceira fase, a mais dinâmica, foi marcada, em um contexto mais amplo, pelo PSI – Processo de Substituição de Importação, pela construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, pela inauguração da rodovia Presidente Dutra e pela criação de novos centros de desenvolvimento e tecnologia, principalmente em São José dos Campos. Nessa terceira fase, dentre os fatores responsáveis pelo crescimento das atividades industriais em São José dos Campos e Taubaté podemos destacar a política de desenvolvimento urbano-regional, que criou condições para a atração de investimentos, associada também a uma política nacional desenvolvimentista, principalmente do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

A Tabela 1 apresenta a interiorização da indústria paulista. Durante a década de 1950, o Vale do Paraíba paulista recebeu vultosos investimentos, tanto estatais quanto das empresas privadas multinacionais. Esses investimentos estavam concentrados em duas grandes cidades: São José dos Campos e Taubaté, (COSTA, 2005).

Tabela 1. Participação percentual no PIB industrial, regiões selecionadas

Anos	1959	1970	1985	2000
Estado de São Paulo, % do Brasil.	53,34	56,45	43,58	35,37
Estado de São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00
Município de São Paulo, % do Estado	54,30	48,32	31,06	31,65
RMSP, % do Estado	73,10	71,88	56,21	53,02
Interior de SP, % do Estado	26,90	28,12	43,79	46,98
Vale do Paraíba, % do Estado	1,97	3,48	7,43	10,36

Elaboração do autor, a partir dos dados do IPEA.

No entanto, a industrialização no Vale do Paraíba paulista foi acelerada em algumas poucas cidades e, em decorrência disso, houve um intenso fluxo migratório das cidades pobres em direção às ricas, o que agravou os problemas socioeconômicos regionais.

Devido às dificuldades de execução de políticas regionais, em 1968 foi estabelecida uma parceria entre a prefeitura de São José dos Campos e a Universidade de São Paulo (Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos - CPEU), com o objetivo de estabelecer diretrizes de planejamento específico para a região. As principais preocupações na época eram: o processo de conurbação das duas maiores regiões metropolitanas do Brasil, que incluiria o Vale do Paraíba, a elevada taxa de urbanização dos grandes municípios da região e a necessidade de um planejamento intermunicipal, em função de problemas comuns entre eles.

O Consórcio teve como primeiro superintendente o ex-ministro da Indústria e Comércio do Governo Emílio Garrastazu Médici, Paulo Egydio Martins, que, posteriormente, deixou o cargo para assumir o governo paulista, o que mostra a relação dos interesses locais com os nacionais e estaduais, em um período de forte centralização política, administrativa e econômica no país, mesmo que na apresentação do relatório de caracterização da região o superintendente ratifique a importância do consórcio para a descentralização administrativa (CODIVAP, 1972).

De modo geral, o relatório de caracterização do Vale do Paraíba paulista feito pelo Codivap, nos aspectos demográficos, deixa claro o processo interno de deslocamento populacional dos municípios pobres para os mais ricos, causando problemas para ambos os lados. No aspecto econômico, foi observada a forte desigualdade na distribuição espacial das atividades econômicas no Vale do Paraíba, contemplado com investimentos industriais. O relatório aponta também a necessidade de ampliar a industrialização, pois essa deve ser a vocação principal da região. Parece haver indícios de que o principal documento produzido pelo consórcio "Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a região do Vale do Paraíba: diagnósticos e resultados" apresenta problemas, tais como a ausência e sistematização de dados regionais, a ausência de recomendações consistentes para que as cidades mais atrasadas possam sair dessa condição, as preocupações ambientais e culturais muito mais voltadas para a sustentabilidade econômica ligada ao turismo, a tentativa de apresentar, como exemplo a ser

seguido pelos municípios pobres, o modelo de industrialização dos mais ricos (CODIVAP, 1972).

O Codivap, criado com falta de recursos próprios, tinha poucas possibilidades de promover políticas de desenvolvimento regional e interferências políticas externas. Além da concentração política, Brasília ainda concentrava o poder econômico, dada a forte concentração de tributos na esfera federal. O incentivo (ou retórica) de algumas políticas regionais também poderia ser visto como uma alternativa para reduzir o poder dos governadores, com uma interferência mais direta do governo federal nas políticas locais. Também devemos destacar a política de Paulo Egydio Martins, primeiro superintendente do Consórcio que, quando saiu do Codivap, assumiu o governo paulista. Mais tarde, na elaboração do PDUR, em especial quanto ao Plano do Macroeixo, foi ignorada a existência do Codivap, que ele havia recentemente criado.

O Plano Regional do Macroeixo Paulista – PRMEP fez parte de um conjunto maior de políticas de desenvolvimento regional elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. As diretrizes dessas ações de políticas regionais eram as definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com base no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (Governo do Estado de São Paulo, 1978) O objetivo do PRMEP era disciplinar a ocupação territorial, para superar essas diferenças regionais. Seguindo as teorias de Myrdal e Hirschman da necessidade de intervenção governamental, o governo de São Paulo promoveu uma política ativa, para evitar um crescimento econômico desigual.

Na definição das políticas regionais, a prioridade era dinamizar as potencialidades internas, promovendo o desenvolvimento socioeconômico a partir de ações que induzissem à consolidação de infraestrutura intrarregional, melhorando os fluxos econômicos e criando condições para amenizar os problemas de qualidade de vida decorrentes dos fluxos migratórios internos. Para atingir esses objetivos, as políticas governamentais deveriam focar em três ações prioritárias: disciplinar a localização das atividades industriais, promovendo a descentralização, racionalizar o uso de recursos naturais e ordenar a política de urbanização.

O PRMEP apresentou um diagnóstico dos problemas do desenvolvimento regional com uma qualidade muito superior à do Relatório de Caracterização do Conhecimento, encomendado pelo Codivap. Entretanto, ficou quase restrita à apresentação dos problemas, que era de fato o objetivo maior. A segunda etapa de implantação de políticas públicas não foi realizada a contento, porque o Plano não tinha o objetivo de implementar políticas regionais, mas o de produzir um diagnóstico para as ações do PDUR, em escala estadual, e do II PND, em escala nacional, que é a grande referência das políticas públicas.

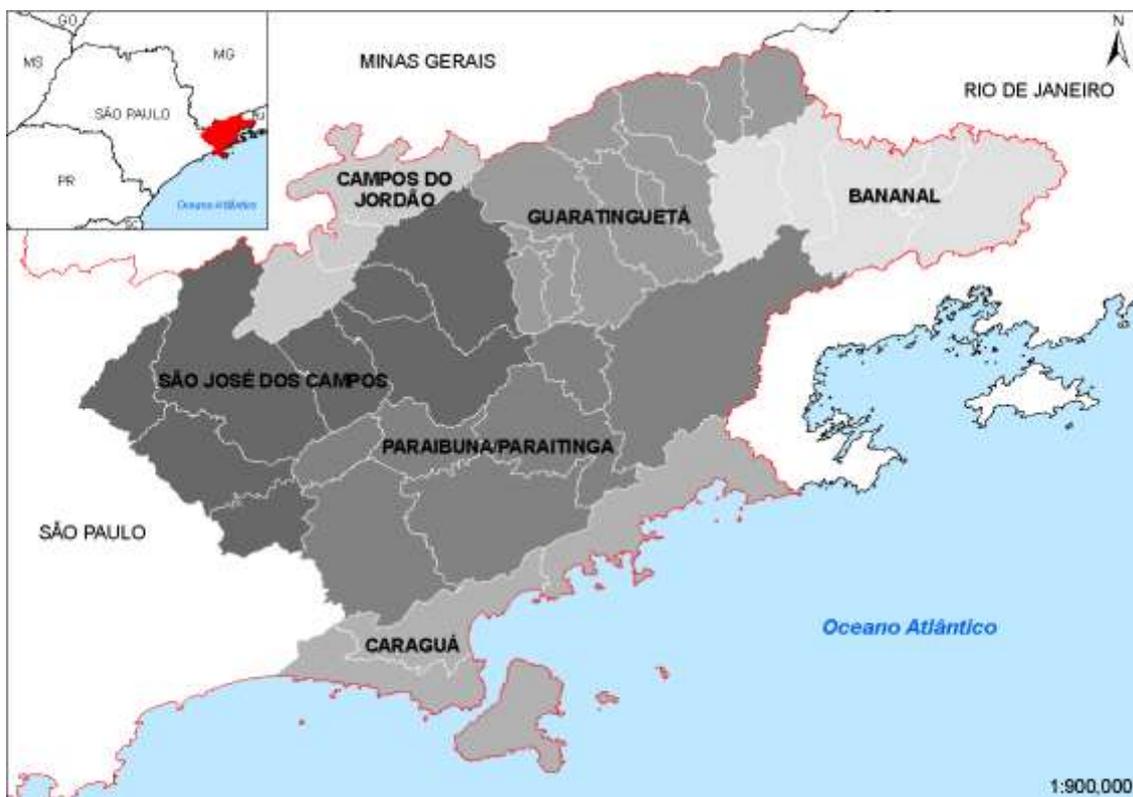
DIVISÃO MICRORREGIONAL DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Em 1968, o IBGE publicou o estudo intitulado “Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas” e, em 1990, “Divisão do Brasil em Mesorregião”. A primeira tem como objetivo fazer uma divisão seguindo os critérios de

homogeneidade, e a segunda, a organização do espaço político administrativo. O Brasil foi dividido em 136 mesorregiões e 547 microrregiões (CLEMENTE A. & HIGACHI, H., 2000).

A divisão das microrregiões segue o conceito de regiões homogêneas, e a divisão de mesorregião segue o conceito de região de planejamento (Perroux, 1975). O Vale do Paraíba é uma das 15 mesorregiões do estado de São Paulo. Essa mesorregião conta com seis microrregiões, do total de 63 do Estado. O mapa (Figura 1) apresenta as microrregiões pertencentes à macrorregião do Vale do Paraíba.

Figura 1. Mapa das microrregiões do Vale do Paraíba paulista



Fonte: Elaboração do autor a partir do IBGE.

A microrregião de Bananal é formada por municípios ainda com relevante atividade agrícola de subsistência. Foram as cidades mais ricas no Vale do Paraíba durante o ciclo do café, mas não conseguiram manter essa posição, exceto no processo de industrialização, na segunda metade do século XIX. Essas cidades foram caracterizadas por Monteiro Lobato, em sua obra, como "Cidades Mortas", pela decadência da região após o ciclo do café. Após a construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, houve redução do movimento da estrada dos Tropeiros (antiga ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro), que corta várias pequenas cidades como Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal, isolando ainda mais esses municípios.

A microrregião de Campos do Jordão é formada por municípios ainda com forte atividade agropecuária de subsistência. Em meados do século XX, foi importante centro de tratamento de tuberculosos, devido ao clima ameno da região serrana. Atualmente, seu crescimento econômico é puxado pela atividade de turismo, com destaque para a cidade de Campos do Jordão. A cidade, também conhecida como a “Suíça Brasileira”, passa pelo crescimento formando um núcleo urbano com cerca de 45.000 habitantes. O crescimento do núcleo urbano consolidou algumas das características de seus padrões de ocupação, basicamente a expansão da mancha urbana e o adensamento dos bairros de padrão mais baixo em áreas de declividades altas, muitas vezes distantes do núcleo urbano, o que resulta em problemas ambientais gerados por desmatamentos e por deslizamentos de terra.

A microrregião de Caraguatatuba é formada pelos quatro municípios do litoral Norte paulista, que têm como atividade econômica principal o turismo litorâneo. Nos últimos anos, têm crescido as atividades portuárias no município de São Sebastião, devido à instalação, ali, do terminal da Petrobrás. Com isso, ocorreu forte crescimento do PIB da região. Essas cidades ainda apresentam graves problemas sociais, em decorrência do elevado crescimento populacional já registrado no PRMEP. Embora diagnosticada na década de 1970, essa situação ainda não foi resolvida.

A microrregião de Guaratinguetá, que teve bom desempenho econômico durante o ciclo do café, conta hoje com várias atividades industriais. Nas últimas duas décadas, tem sido transformada em um grande centro de turismo religioso, com destaque para as cidades de Aparecida (Basílica Nacional de Aparecida, já centenária), Cachoeira Paulista (Canção Nova) e, mais recentemente, Guaratinguetá (com o primeiro santo brasileiro, Frei Galvão). É a segunda microrregião mais rica da mesorregião, mas apresentou, nas últimas três décadas do século XX, baixos indicadores de evolução econômica.

A microrregião de Paraibuna/Paraitinga é formada por pequenos municípios situados no entorno da represa formada pelos rios Paraitinga e Paraibuna, que dão origem ao rio Paraíba do Sul. Esses municípios contam com economia agropecuária de subsistência e com poucas atividades industriais e de serviços, exceto o município de Jambeiro, que recebeu, na década de 1990, muitas indústrias, as quais estão situadas ao longo da Rodovia dos Tamoios.

A microrregião mais rica da macrorregião do Vale do Paraíba é a de São José dos Campos, onde estão localizados os grandes municípios da mesorregião. Apresenta forte concentração espacial da renda, puxada pela atividade industrial. Nessa região estão instaladas grandes empresas multinacionais, que provocam grande crescimento econômico, inclusive nas atividades terciárias de serviços e comércio. O sucesso econômico passou pela inauguração de empresas como os centros de pesquisas em São José dos Campos, a General Motors (1958), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (1961), a Embraer (1969) e a REVAP – Petrobrás (1980); em Taubaté, com a mecânica pesada (1957), Ford (1975) e Volkswagen (1976); e, em Pindamonhangaba, Confab (1974), Alcan (1977) e Villares (1980). Entretanto, esse crescimento econômico foi

acompanhado por um acelerado processo de urbanização para essas cidades, o que intensificou os problemas sociais já apontados nos PRMEP.

INDICADORES ECONÔMICOS DO VALE DO PARAÍBA

No período entre 1970 e 2000, foram muitos os acontecimentos econômicos que interferiram no crescimento do PIB brasileiro. Durante a década de 1970, mesmo com as duas crises do petróleo, a economia brasileira passou por um forte crescimento, principalmente na primeira metade da década, com o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Já na década de 1980, conhecida por muitos como a década perdida, e nos três primeiros anos da década de 1990, a economia brasileira passou por grandes dificuldades econômicas, por várias razões, como: a hiperinflação no período, a pressão da dívida interna e externa, a redução dos investimentos estatais e a forte instabilidade macroeconômica. Já a partir de 1994, com o Plano Real, a economia voltou a crescer, entretanto em ritmo menor do que aquele da década de 1970.

A Tabela 2 mostra que o crescimento do PIB no Brasil, no período de 1970 a 2000, foi de 285,90%. Mesmo com todos os problemas macroeconômicos e externos, o país cresceu no período mais que nos primeiros 15 anos. O Estado de São Paulo, o mais importante da nação, cresceu em um ritmo menor: 203,68%. Esse desempenho de São Paulo pode ser explicado pelo maior crescimento na economia dos estados da região Centro Oeste, nova fronteira agrícola, e pela maior descentralização da atividade industrial no país, fortemente concentrada na região metropolitana de São Paulo até a década de 1970. Seguindo a tendência nacional, o crescimento foi menor após 1985. Faziam parte do II PND as políticas de descentralização das atividades econômicas, sobretudo as industriais.

Tabela 2. Crescimento do PIB total, em mil reais - 2000

	1970	2000	Varição 1970/00, em %
Bananal	49.268	88.815	80,27
Campos do Jordão	78.922	298.191	277,83
Caraguatatuba	163.589	1.250.424	664,37
Guaratinguetá	916.668	2.037.587	122,28
Paraibuna/Paraitinga	111.902	359.970	221,68
S. José dos Campos	2.541.446	22.610.287	789,66
Vale do Paraíba	3.861.795	26.645.275	589,97
São Paulo	122.107.479	370.818.991	203,68
<i>Brasil</i>	285.371.930	1.101.254.907	285,90

Elaboração do autor, a partir dos dados do IPEA e do IBGE (IPEADATA e Contas Regionais do IBGE, 2007. (Valores atualizados em reais - 2000).

De modo geral, pode ser observado que na mesorregião do Vale do Paraíba, a variação do PIB, no período de 1970 a 2000, foi de 589,97%. Esse crescimento foi o dobro do ocorrido no país e duas vezes e meia maior que o desempenho do Estado. Ou seja, mesmo com um desempenho econômico de São Paulo abaixo da média nacional, o vale do Paraíba cresceu em um ritmo acelerado.

A descentralização econômica brasileira reduziu a participação de São Paulo na produção nacional, seguindo as políticas nacionais, mas o processo de desconcentração da atividade metropolitana feito pelas políticas estaduais foi capaz de transferir parte da produção às regiões vizinhas, como nas maiores cidades da mesorregião ligadas à capital pelo sistema viário

Quanto à evolução do crescimento do PIB na mesorregião do Vale do Paraíba, observa-se que os municípios mais pobres cresceram menos. Isso pode ser observado pelo desempenho pífio da microrregião de Bananal. Outra microrregião pobre é a de Paraibuna / Paraitinga; entretanto, houve bom desempenho do Município de Jambuí, na década de 1990, com a melhoria da rodovia dos Tamoios, onde foi criado um distrito industrial voltado para atender a cidade de São José dos Campos, o que acabou melhorando o indicador da microrregião.

Quanto ao desempenho econômico das microrregiões mais ricas do vale do Paraíba paulista, observa-se o elevado crescimento econômico da microrregião de São José dos Campos, que cresceu 789,66%, no período em análise. Esse movimento de crescimento econômico acelerado nos municípios dessa microrregião já havia sido identificado na década de 1960, nos relatórios do Codivap e PRMEP. Os resultados mostram que nada foi feito de políticas regionais para mudar essa situação no período em estudo, e, se foi feito, não obteve êxito. Nos municípios do Litoral Norte, microrregião de Caraguatatuba, também houve um bom desempenho econômico, provavelmente ligado às atividades terciárias, com o crescimento das atividades turísticas.

Por outro lado, as regiões de Guaratinguetá e de Bananal apresentaram baixo crescimento do PIB. O PRMEP tinha como objetivo promover o crescimento econômico na calha da Dutra até a cidade de Lorena, mas isso não aconteceu, conforme os dados apresentados da microrregião de Guaratinguetá. As atividades turísticas, que eram uma alternativa econômica para as duas microrregiões (turismo religioso, histórico e de aventura), mesmo passadas algumas décadas da proposta do Codivap, ainda não obtiveram o êxito desejado, continuando ainda no campo de proposta, na maioria das vezes.

A Tabela 3 mostra a evolução do PIB da indústria, que era a grande meta do Codivap e do PRMEP: promover a descentralização dessa atividade econômica. De um modo geral, podemos observar que o setor industrial cresceu 411,75% mais do que as demais atividades econômicas no Brasil, no período de 1970 a 2000, já que a média da economia foi de 319,76%. Ou seja, o novo modelo de industrialização, com uma presença maior das grandes empresas multinacionais, foi capaz de continuar o processo de crescimento das atividades industriais, na média, em um ritmo maior do que o das demais atividades econômicas. Entretanto, com a inovação tecnológica, o ritmo do emprego não ocorreu na mesma proporção, por conta do aumento da produtividade da indústria.

Tabela 3. Crescimento do PIB da Indústria, em mil reais - 2000

	1970	2000	Varição, em %
Bananal	9.046	19.231	112,59
Campos do Jordão	19.365	74.084	282,57
Caraguatatuba	70.850	271.927	283,81
Guaratinguetá	369.373	741.028	100,62
Paraibuna/Paraitinga	17.783	125.825	607,56
São José dos Campos	1.310.710	13.198.089	906,94
Vale do Paraíba	1.797.127	14.430.184	702,96
São Paulo	45.359.057	145.441.227	220,64
Brasil	80.351.683	411.200.539	411,75

Elaboração do autor, a partir dos dados do IPEA e do IBGE (IPEADATA e Contas Regionais do IBGE, 2007. Valores atualizados em reais - 2000).

Quando observados os indicadores da mesorregião, observa-se um efeito contrário ao desempenho do Estado. A produção industrial do Vale do Paraíba, no período em análise, cresceu 702,96%, sendo mais de três vezes superior à apresentada no Estado e quase o dobro da nacional. Com isso, a participação da produção industrial da mesorregião cresceu de 4,14%, em 1970, para 10,36%, no Estado. Em parte, pode ser observado que a política de descentralização feita pela Política de Desenvolvimento Urbano Regional – PDUR paulista cumpriu seu objetivo, que era descentralizar a atividade industrial no estado de São Paulo. Entretanto, o PRMEP, que previa a descentralização da atividade industrial na macrorregião, deixou a desejar.

Quando verificado o desempenho da atividade industrial entre as microrregiões do Vale do Paraíba paulista, observa-se forte crescimento na microrregião de São José dos Campos, 906,94%. Essa microrregião, que era responsável por 69,84% da produção industrial da mesorregião, passou para 87,61%, no período em análise. Entretanto, observa-se forte concentração espacial da atividade industrial já em 1970, processo esse que continua acelerado nas décadas posteriores. Isso pode ser explicado pela criação dos centros de pesquisas em torno do complexo CTA/INPE, a instalação de empresas estatais, como a Embraer e a Revap / Petrobrás, além das grandes empresas privadas, como GM, Ford, Volkswagen, Alcan, Villares e Confab, todas nessa microrregião.

Em um país como o Brasil, onde há livre circulação de capital e pessoas, a concentração espacial da renda também tende a provocar a concentração da população nas áreas mais ricas. A década de 1960 foi marcada por forte concentração de indústrias e da renda na região metropolitana de São Paulo. O resultado foi um forte fluxo migratório para aquela região (RATTNER, 1972). O crescimento econômico nas grandes cidades do conurbação Vale do Paraíba paulista também foi acompanhado de um grande deslocamento populacional. No período de 1970 a 2000, como apresentado na Tabela 4, numa análise comparativa, observa-se que a população brasileira cresceu 82,32%. No mesmo período, a paulista cresceu 108,39%. Cabe destacar que, mesmo com o melhor desempenho econômico do resto do Brasil, em relação ao do estado de São Paulo,

o ritmo de crescimento populacional paulista foi maior. Isso provavelmente foi resultado do acelerado fluxo migratório para a região metropolitana de São Paulo, na década de 1970, quando atravessava o melhor momento econômico.

Na mesorregião do Vale do Paraíba, o ritmo de crescimento populacional foi maior do que a média brasileira e paulista. Esse desempenho, provavelmente, foi resultado da maior dinâmica econômica da região, puxada pelo setor industrial nas cidades maiores e pelas atividades terciárias das cidades litorâneas.

Tabela 4. Crescimento da população, em número de habitantes

	1970	2000	1970/00
Bananal	27.962	25.414	-9,11
Campos do Jordão	36.618	64.395	75,86
Caraguatatuba	47.510	223.037	369,45
Guaratinguetá	228.904	372.999	62,95
Paraibuna/Paraitinga	71.107	70.374	-1,03
S. José dos Campos	417.283	1.229.888	194,74
Vale do Paraíba	829.384	1.986.107	139,47
São Paulo	17.770.975	37.032.403	108,39
Brasil	93.134.846	169.799.170	82,32

Elaboração do autor, a partir dos dados do Seade (Memórias das Estatísticas Geográficas, 2007) e IBGE (Censos de 1970 e 2000).

Pode ser destacado também o elevado crescimento populacional na microrregião de São José dos Campos, onde estão localizadas as maiores cidades e onde a dinâmica industrial é mais intensa. Por outro lado, as microrregiões de Bananal e Paraitinga/Paraibuna apresentaram redução populacional de 9,11% e 1,03%, respectivamente, no período de 1970 a 2000. As microrregiões de Guaratinguetá e Campos do Jordão também apresentaram crescimento abaixo da média regional. Podemos concluir que, na mesorregião do Vale do Paraíba, a dinâmica do crescimento populacional seguiu a direção do crescimento econômico. Com isso, a concentração espacial da renda também resultou na concentração populacional nos grandes centros, com destaque para São José dos Campos e Litoral Norte.

A Tabela 5 mostra a evolução da renda *per capita* (PIB dividido pela população de cada localidade). Observa-se que a renda *per capita* brasileira cresceu em 111,67%, no período 1970–2000. No estado de São Paulo, que tem uma renda *per capita* maior que a brasileira, cresceu em um ritmo menor que a nacional, 45,73%. Ou seja, o menor crescimento do PIB em São Paulo, em comparação ao Brasil, e o maior crescimento populacional resultaram em um menor ritmo de crescimento da renda *per capita* paulista. Em 2000, a renda do estado foi 54,39% maior do que a média do país.

Tabela 5. PIB *per capita*, em reais de 2000

	1970	2000	Variação, em %
Bananal	1.761,96	3.494,73	98,34
Campos do Jordão	2.155,28	4.630,65	114,85
Caraguatatuba	3.443,25	5.606,35	62,82
Guaratinguetá	4.004,60	5.462,71	36,41
Paraibuna/Paraitinga	1.573,71	5.115,10	225,03
São José dos Campos	6.090,46	18.384,02	201,85
Vale do Paraíba	4.656,22	13.415,83	188,13
São Paulo	6.871,17	10.013,37	45,73
Brasil	3.064,07	6.485,63	111,67

Elaboração do autor, a partir dos dados do Seade (Memórias das Estatísticas Geográficas, 2007) e IBGE (Censos de 1970 e 2000).

Quanto à evolução da renda *per capita* na mesorregião, observa-se que, na média, o indivíduo morador do Vale do Paraíba está cada vez com maior renda, em comparação com o restante dos paulistas e dos brasileiros, pois o crescimento do PIB, *per capita*, é de 188,13%. Essa provavelmente foi uma das causas do elevado crescimento demográfico de algumas cidades da região. A renda acabou atraindo mais pessoas, entretanto num ritmo menor do que o do crescimento do PIB. Essa situação é apontada com maior intensidade nas microrregiões de São José dos Campos e Paraibuna/Paraitinga, e menor nas de Guaratinguetá e Caraguatatuba.

Quando analisada a evolução do PIB *per capita* da mesorregião, o grande destaque é a microrregião de Paraitinga/Paraibuna. Esse resultado é explicado, principalmente, pelo crescimento populacional negativo na região. A segunda microrregião que mais cresceu foi a de São José dos Campos, formada pelos grandes municípios. Com exceção da microrregião de Guaratinguetá, todas as demais apresentaram crescimento superior ao da média do Estado. Assim, o crescimento foi determinado, nas microrregiões mais ricas, por conta do elevado crescimento industrial, e, nas mais pobres, por conta da redução da população.

Conclui-se que a microrregião de São José dos Campos, por apresentar maior crescimento econômico, devido à industrialização, acabou atraindo mais pessoas. Entretanto, o ritmo de crescimento econômico do que o ritmo de crescimento populacional, o que resultou no elevado crescimento do PIB *per capita*. Os municípios mais pobres não foram capazes de oferecer as condições mínimas para o desenvolvimento econômico, devido a sua inércia econômica. Os municípios com maior crescimento industrial foram transformados em polo de intensa atração populacional, ampliando os problemas de infraestrutura básica. A solução era uma maior integração de políticas econômicas sociais, a alternativa de política e desenvolvimento regional proposta na criação do Codivap, na década de 1970.

Quando analisado o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH usado como parâmetro para a análise do desenvolvimento econômico, conforme a Tabela 6 observa-se que o Brasil ainda figura como país de médio desenvolvimento, em 2000, enquanto São Paulo é indenficado como estado de

alto desenvolvimento, da mesma forma que a microrregião do vale do Paraíba. Observa-se que, em todas as delimitações espaciais selecionadas, há uma evolução contínua do indicador, mais acelerado na primeira década da série. A evolução positiva no indicador pode ser atribuída à evolução do indicador educação. Nas últimas décadas, o país tem colocado em prática políticas educacionais que foram capazes de aumentar a frequência escolar, o que reduziu a taxa de analfabetismo.

Tabela 6. Evolução do IDH, regiões selecionadas

	1970	1980	1990	2000
Bananal	0,389	0,602	0,613	0,662
Campos do Jordão	0,447	0,678	0,744	0,808
Caraguatatuba	0,496	0,705	0,761	0,797
Guaratinguetá	0,530	0,772	0,781	0,804
Paraibuna/Paraitinga	0,344	0,571	0,610	0,712
São José dos Campos	0,578	0,742	0,803	0,835
Vale do Paraíba	0,528	0,721	0,782	0,817
São Paulo	0,640	0,730	0,790	0,820
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,766

Elaboração do autor a partir dos dados do IPEA (IPEADATA, 2007) e Seade (2008).

A macrorregião do Vale do Paraíba segue com o indicador muito próximo do registrado no Estado, sempre inferior, até por contar com sub-região com indicador muito abaixo da média estadual. Entretanto, a diferença foi reduzida entre o Estado e a macrorregião, nas últimas décadas: era de 0,112, em 1970, e passou para 0,003 em 2000. De modo geral, podemos concluir que, apesar de os dados do IDH apresentarem semelhança com os dados de crescimento econômico, ainda continua como grande desafio a busca de um indicador capaz de analisar o desenvolvimento regional. O IDH é limitado para explicar os desníveis de desenvolvimento regional, por considerar apenas os aspectos quantitativos e não mensurar os indicadores qualitativos. Uma análise mais ampla poderá evidenciar a evolução dos indicadores socioeconômicos.

Eficientes, as políticas regionais fizeram um bom diagnóstico dos problemas da desigualdade no crescimento econômico e da necessidade de intervenção. Entretanto, as ações efetivas dessas políticas encontraram, ao longo das três últimas décadas do século, barreiras quase intransponíveis. A primeira, a constante interferência externa, que determinava de fato as ações regionais, devido à concentração do poder político na esfera federal ou estadual. A segunda, a falta de uma estrutura institucional que incentivasse as políticas de integração regional, como o Codivap, com capacidade de decidir e impor uma política de interesse regional que ultrapasse os interesses municipais. Muitas vezes os municípios identificam seus vizinhos com concorrentes e não como parceiros, principalmente em relação à atração de investimentos.

Com o processo de modernização tecnológica e a internacionalização econômica industrial intensa no Vale do Paraíba paulista, após 1970, há cada vez mais um hiato maior entre crescimento e desenvolvimento econômico. A desigualdade regional é cada vez maior, e isso reduz os efeitos positivos que

poderiam transformar o crescimento em desenvolvimento. Os efeitos de encadeamento regional de Hirschman perdem força em um mundo onde a produção é cada vez mais global. A ação do estado para reduzir os efeitos das desigualdades regionais e do efeito circular da renda é cada vez menor, em função da redução do poder do Estado, principalmente na esfera regional.

Nesse contexto de transnacionalização, no pós-guerra os espaços nacionais e regionais passaram a subordinar-se ao interesse do capital financeiro global, esses capitais voláteis que circulam em escala global e que aportam na região, conforme a possibilidade de maximização de lucro (BECKER, 2000). Diante dessa situação, dessa lógica, restam poucas alternativas às políticas regionais, resumidas em duas alternativas: uma passiva, aceita essa lógica na condição de subordinação adotada, e uma negativa, formada por ações locais de resistência ao capital global, ficando condenada ao atraso.

As teorias dos polos de crescimento levam em consideração apenas os circuitos dos países desenvolvidos, capazes de estimular o crescimento, mas provocam desigualdades regionais, pois as regiões mais ricas tendem a atrair mais investimentos, e as regiões mais pobres, a perderem investimentos. O problema não é o crescimento econômico e a oferta de bens, com a inovação que cresceu após a Segunda Guerra Mundial, mas a distribuição espacial e individual dos ganhos dessa inovação.

A teoria econômica clássica está centrada no utilitarismo, no qual os indivíduos buscam a maximização de suas necessidades com o mínimo de esforço. Essa estrutura econômica promove o crescimento, mas dificulta as ações de desenvolvimento. Essa racionalidade econômica clássica precisa ser rediscutida, pois as escolhas dos indivíduos não estão condicionadas apenas pela procura da maximização dos rendimentos, mas pelas circunstâncias individuais (por exemplo, idade, sexo, doenças, aptidões, etc.) e pelas disparidades no contexto social e natural (poluição, criminalidade local, saúde pública). A desigualdade econômica nas esferas individuais e espaciais não pode ser baseada apenas no rendimento dos indivíduos, mas também em outras fontes, pois as condições materiais são importantes, mas não únicas (SEN, 1999)

Na concepção da economia clássica, os agentes econômicos, empresas, estados e indivíduos baseiam suas decisões econômicas apenas nos benefícios materiais, embora tenham outros interesses, além dos aspectos puramente econômicos, e isso só será alcançado com inclusão de valores sociais, culturais e psicológicos. Assim, o desenvolvimento dependerá, não só dos agregados econômicos, mas também de fatores culturais e sociais. Diante do exposto, conclui-se que há necessidade de serem estabelecidas políticas de desenvolvimento regional, além das questões econômicas, tendo como ponto de sustentação o social e o político, determinados pelos atores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho sobre as relações entre crescimento econômico, desenvolvimento econômico e o processo de industrialização, foi analisada a eficácia das políticas de desenvolvimento econômico regional, em especial no vale do Paraíba paulista.

Em relação ao conceito de desenvolvimento, podemos concluir, com base na discussão feita na primeira sessão, que ele é muito mais amplo do que o crescimento econômico. Enquanto o primeiro mostra uma variação na taxa de crescimento do PIB, o segundo representa a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos. O desafio é o que significa essa melhoria.

O resultado das políticas de descentralização da atividade industrial foi promover o crescimento econômico nos grandes municípios no entorno da capital, ou seja, foi o processo de desconcentração da produção industrial que, apesar disso, continuou tendo como centro o capital, em relação ao mando e ao capital financeiro. O problema é que os efeitos multiplicadores preconizados pelos modelos econômicos, devido à inovação acelerada e à produção cada vez mais globalizada, perderam eficácia, transferindo muitos dos problemas da capital para as cidades receptoras das indústrias, cidades com capacidade de transformações sociais cada vez mais limitadas.

Os problemas resultantes dessa nova concentração das atividades industriais nas microrregiões do estado de São Paulo, como na do Vale do Paraíba, foram identificados pelos relatórios das condições socioeconômicas do Codivap e do PRMEP. No entanto, as ações de políticas governamentais não atingiram seus objetivos, principalmente quanto à responsabilidade pela promoção do desenvolvimento econômico e pela redução das desigualdades regionais.

De modo geral, as políticas regionais na macrorregião do vale do Paraíba não tiveram sucesso no campo social. As cidades industriais da microrregião de São José dos Campos e do Litoral Norte passaram por um intenso crescimento econômico, acompanhado por uma urbanização maior ainda, o que ampliou os problemas urbanos, pois é impossível ser uma ilha de prosperidade em um mar de pobreza. Na apresentação das séries históricas do período de 1970 a 2000, ficou evidente o crescimento econômico puxado pela industrialização, maior que a média nacional e estadual, mais fortemente concentrado na microrregião de São José dos Campos, do que puxado pelo crescimento da PEA (População Economicamente Ativa). Em relação à renda, observou-se que, dentre as seis microrregiões, apenas a mais rica, a de São José dos Campos, tem uma renda *per capita* superior à média nacional.

Isso nos permite concluir que as políticas de desenvolvimento econômico no Vale do Paraíba tiveram êxito em relação ao crescimento econômico como um todo, em especial devido à localização geográfica na microrregião de São José dos Campos. No entanto, falharam em relação ao processo de distribuição espacial da renda, que previa a industrialização em toda a calha da rodovia Presidente Dutra. Seu efeito de transbordamento para as demais áreas não aconteceu, pois, como

observado, a renda concentrou-se, ainda mais, depois dessas políticas da década de 1970.

A precariedade dos indicadores sociais não permite fazer uma análise mais aprofundada do desenvolvimento econômico resultante da industrialização. A proposta apresentada no trabalho é a necessidade de rever os indicadores de desenvolvimento e, conseqüentemente, as políticas de desenvolvimento econômico regional, pois esses indicadores quantitativos são limitados e não permitem uma análise comparativa em escala regional. A maioria deles é baseada em indicadores exclusivamente econômicos, como o da renda *per capita*, ou são puramente quantitativos, como o IDH.

Há necessidade de serem incluídas novas variáveis na busca qualitativa que ultrapassem a barreira econômica. A política de desenvolvimento regional deve ser repensada e reclassificada em outras categorias, como as realizações feitas com os recursos disponíveis na busca da produtividade social, no estabelecimento de valores conforme a cultura local, nas relações sociais entre os indivíduos da região e na busca dos valores além dos econômicos.

REFERÊNCIAS

BACHA, Edmar Lisboa. *Política Econômica e Distribuição de Renda*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1978.

BARROS, José D' Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. *Revista de Economia Política e História Econômica*, nº 11, janeiro de 2008, pp. 6-51.

BECKER, Dinizar F. Necessidade e Finalidade dos Projetos Regionais de Desenvolvimento Local. *In: Determinantes e Desafios Contemporâneos. Vol. 1. (org. Becker, D.F. & Bandeira, P.S)*. Udunisc: Florianópolis, 2000. pp. 129-147.

CARDOSO, Teresa & RIBEIRO, J. Cadima. Economia para o Homem e Desenvolvimento Regional: Contribuição para uma Política Regional Alternativa. *In: Propostas regionais aos Desafios Globais. Vol. 2. (org. Becker, D.F. & Bandeira, P.S)*. Udunisc: Florianópolis, 2002. pp. 69-89.

CLEMENTE, Ademir. & HIGACHI, Hermes. Y. *Economia e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2000.

CODIVAP – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba. *Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a região do Vale do Paraíba*. Pindamonhangaba, 1972.

CORDEIRO, Moacyr Paulista. *Planejamento Territorial Regional e Proteção Ambiental: o caso do Vale do Paraíba paulista*. Tese de Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP: São Paulo, 1999.

COSTA, Silvio Luiz da. *Taubaté: O local e o global na construção do desenvolvimento*. Taubaté: Cabral, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano Regional do Macro-Eixo paulista*. Secretaria de Economia e Planejamento: São Paulo, 1978.

HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1961.

IBGE, *Censo Industrial de 1970 A 1990*, Contas nacionais e site cidades. www.ibge.gov.br acessado em dezembro de 2010.

IPEADATA. *Banco de dados do IPEA*. Disponível em <www.ipeadata.gov.br> Acesso em jan. 2009.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p. 19.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Saga: Rio de Janeiro, 1965.

NEGRI, Barjas. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Unicamp, 1996.

NUNES, Antonio José Avelãs. *Industrialização e Desenvolvimento*. Quartier Latin: São Paulo, 2005.

PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. In. *Urbanização e Regionalização: relações com desenvolvimento econômico* (org Faissol, Speridião). Rio de Janeiro: IBGE, 1975. pp. 97-110.

RATTNER, Henrique. *Industrialização e concentração econômica em São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1972.

RICCI, Fabio. *Indústrias Têxteis na Periferia. Origens e o Desenvolvimento: O caso do Vale do Paraíba*. Taubaté: Cabral, 2006.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Zahar: Rio de Janeiro, 1974.

SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. Record: São Paulo, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

VAZ, José Pascoal. *Desigualdade Social e Produtividade Social no Brasil de 1960 - 2000*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

VILAR, Pierre. *Crecimiento e Desarrollo*. Barcelona. Ariel, 1972. Col. Zetein, 1964).

Submetido em 14/11/2012

Aprovado em 20/02/2014

Sobre o autor

Edson Trajano Vieira

Professor nos Programas de Pós-Graduação Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional na Universidade de Taubaté.

Endereço: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, Portão 3, Centro. CEP 12180072 - Taubaté - SP – Brasil.

E-mail: etrajanov@gmail.com